

Dimensão temporal da(s) crise(s) ¹

Temporal Dimension of Crisis

Dilma Andrade de Paula

Universidade Federal de Uberlândia
dilma.paula@ufu.br

Resumo: O presente estudo visa a refletir sobre uma das dimensões da crise que é a questão temporal, cara à História e fundamental à sociedade humana, envolvendo aspectos mais profundos, relativos ao presente, ao passado, às heranças e memórias, mas também aos projetos de futuro. Por meio de aporte bibliográfico far-se-ão alguns apontamentos sobre a relação entre tempo e desenvolvimento capitalista, em geral, e como essa relação se manifesta atualmente, no Brasil. Como o epicentro da presente crise encontra-se na sociedade política, serão realizadas previamente algumas considerações de caráter teórico e histórico, recorrendo a autores e obras que ajudam a elaborar alguns fios explicativos e a encontrar significados em um aparente "caos" de "verdades" naturalizadas.

Palavras-chave: Crise; Brasil Contemporâneo; Desenvolvimento.

Abstract: The current study aims to reflect on one of the dimensions of crisis that is a temporal issue, expensive to history and fundamental to human society, involving deeper aspects, related to present, past, to inheritance and memories, but also to the projects of the future. By means of bibliographical contribution, some notes about the relation between time and capitalist development will be made, and in general, how this relation is currently manifested in Brazil. As the epicenter of current crisis lies in the political society, some considerations of a theoretical and historical nature will be made beforehand, using authors and works that help to elaborate some explanatory threads and to find meanings in an apparent "chaos" of naturalized "truths".

Keywords: Crisis; Contemporary; Brazil; Development.

Recebido: Novembro 2017

Aprovado: Dezembro 2017

¹ No que se refere às reflexões sobre tempo, tecnologia e políticas de desenvolvimento no Brasil, esse trabalho contém reflexões desenvolvidas em projetos de pesquisas financiados pela Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais, destacando-se o mais recente: "A Comissão do Vale do São Francisco e a ampliação do Estado brasileiro: formas de atuação e avaliações (1948-1960)". Agradeço as sugestões dos professores Leandro José Nunes e Elder Andrade de Paula, aos quais dedico esse trabalho. Agradeço também aos editores da *Revista Maracanan* e aos pareceristas, pela leitura crítica. As sugestões foram parcialmente incorporadas ao artigo.

*Estamos chegando das novas favelas,
Das margens do mundo nós somos,
Viemos dançar.
Estamos chegando do ventre das minas,
Estamos chegando dos tristes mocambos,
Dos gritos calados nós somos,
Viemos cobrar.*
Milton Nascimento, Pedro Casaldálgae

Pedro Tierra.²

Sobre crises, decadências, ruínas...

Em missão oficial ao Brasil, em 1924, o então ministro da Educação Pública do México, José Vasconcelos (1882-1952), autor da polêmica obra *La raza cósmica* (1948), percorreu várias regiões, ouviu pessoas geralmente ligadas ao mundo governamental e diplomático e deixou alguns interessantes apontamentos de viagem. A partir da então Capital Federal, Rio de Janeiro, seguiu para Santos, Belo Horizonte, Ouro Preto e Juiz de Fora. Observador arguto, notou a profunda diversidade regional do país. Comparou os estados de Minas Gerais e São Paulo que, sob seu ponto de vista, eram as duas províncias mais tradicionais e mais importantes: Minas Gerais tinha um passado significativo, porém não podia competir em opulência com seu "rival" contemporâneo. Havia ainda em Minas riquezas em ouro, prata, ferro e diamantes, suficientes para surtir o mundo, porém, apesar disso, a região conservava um aspecto um pouco desolado de todos os locais minerais, quando passa a bonança: "el mineral no funda país, hace colônia".³

Vasconcelos não passava ileso pelos conceitos de "decadência" e de "crise" que justificaram tantos planos governamentais brasileiros, em níveis estaduais e federais.⁴ Para ele, em terras minerais se extrai o metal e as pessoas emigram, porém sempre há um período de fausto e de esbanjamento em que a vida se transborda. Geralmente nessa época se fazem grandes construções, edificações simbolizando essa grandeza, mas que, em pouco tempo, se transformam em ruínas. Aspectos de uma vida efêmera e heroica.

Vasconcelos comparou a importante cidade mexicana de Guanajuato com a antiga capital mineira, Ouro Preto. O minério esgota o veio e se vai. Nada pode retê-lo em uma terra geralmente estéril, pedregosa e seca. Para ele, as regiões agrícolas não conheciam essa grandeza desventurosa da conquista do metal, desenvolviam uma cultura mais permanente.

²NASCIMENTO, M.; CASALDÁLIGA, P., TIERRA, P. A. de Ó. Estamos chegando. In: NASCIMENTO, Milton. *Missa dos Quilombos*. Rio de Janeiro: Ariola, 1982. Disco. Lado 1, faixa 1 (3min. 34s.).

³VASCONCELOS, José. *La raza cósmica*. México, DF: Porrúa, 2007, p. 76.

⁴ Segundo Alfredo Wagner B. Almeida, os burocratas elaboram os documentos com uma unidade discursiva específica, que, com frequência, é absorvido como verdade: "a monotonia dos textos oficiais, fruto deste consenso, é coextensiva ao próprio significado da decadência suspendendo, pela repetição infinita, a possibilidade da dúvida e do dissentimento". ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *A ideologia da decadência*. Leitura antropológica a uma história da agricultura do Maranhão. São Luís: IPES, 1983. (Estudos Monográficos, 08), p. 79.

Onde, no mundo, tenha havido uma planície fértil e um rio, a vida social se arraigou sem interrupções. Havia um quê de permanente nessas regiões, como em regiões da Índia, às margens do Eufrates, no rio da Prata e no que, para ele, aconteceria no Mississipi (EUA).

Nas zonas mineiras do México, nas montanhas da Califórnia, de Minas Gerais e do Peru, hoje “são” e amanhã “não mais...” Embora Vasconcelos atribuisse características mais permanentes à agricultura, vemos, com a história, que embora um pouco mais duradoura, ela é também migrante e pode ser, também, destrutiva, de acordo com a própria marcha do capitalismo, com o esgotamento de solos, migrações, etc. Todavia, é ainda possível uma recuperação, inserção de novos cultivos, adubação, etc., o que não acontece em áreas mineradoras, nas quais, após o esgotamento dos veios, mais parecem paisagens lunares e estéreis.⁵

Após sua passagem por Ouro Preto, cidade, para ele, de “nome misterioso”, evocador de sonhos, Vasconcelos afirmava: quiçá seja Ouro Preto a única cidade do Brasil que recorda o passado. Em todas as demais, como em suas matas e céus, o Brasil é futuro: país do futuro.⁶ Essa imagem do futuro, sempre presente no universo ideológico brasileiro, sobretudo para justificar novos projetos – tão bem apropriada décadas depois –, conjugada com o termo “decadência”, também não passava despercebida a viajantes, como Vasconcelos.

Tal sensibilidade para detectar o “outro dia” de regiões mineradoras e monocultoras foi também apanágio de muitos escritores brasileiros, no ramo da literatura e nos anos 1930-50, para contemplarmos um período mais próximo dessa visita de Vasconcelos. Destacaremos alguns exemplos, como o poeta mineiro Carlos Drummond de Andrade (1902-1987), radicado no Rio de Janeiro, sobre a sua terra natal, Itabira, “noventa por cento de ferro nas calçadas,/ oitenta por cento de ferro nas almas./ E esse alheamento do que na vida é porosidade e comunicação. [...] Tive ouro, tive gado, tive fazendas./ Hoje sou funcionário público./ Itabira é apenas uma fotografia na parede./ Mas como dói!”⁷

No estado “rival” de Minas Gerais – para utilizar a terminologia de Vasconcelos –, outro contemporâneo, Monteiro Lobato (1882-1948), escreveu suas impressões sobre a não tão imaginária Oblivion (a começar pelo próprio termo, que significa “esquecimento”, em inglês), já nas primeiras décadas do século XX. Nesse caso, Oblivion condensava as imagens das demais “viúvas” da monocultura do ouro negro, o café,

a cidadezinha onde moro lembra soldado que fraqueasse a marcha e, não podendo acompanhar o batalhão, à beira do caminho se deixasse ficar, exausto e só, com os olhos saudosos, pousados na nuvem de poeira erguida além. Desviou-se dela a civilização. O telégrafo não a põe à fala com o resto do mundo, nem as estradas de ferro se lembram de uni-la à rede por intermédio de humilde ramalzinho.

⁵ Quando, não acontece, como em Mariana-MG, em novembro de 2015, o rompimento da barragem de rejeitos, da Companhia Vale do Rio Doce, destruindo vilas e vidas inteiras por um mar de lama e inviabilizando cultivos.

⁶ VASCONCELOS, José. *La raza cósmica. Op. cit.*, p. 83.

⁷ ANDRADE, Carlos Drummond. Confidência de um Itabirano. *Obra completa*. São Paulo: Aguillar, 1967, p. 101-102. (Biblioteca Luso-brasileira. Série Brasileira).

O mundo esqueceu Oblivion, que já foi rica e lúpida, como os homens esquecem a atriz famosa que se lhe desbota a mocidade.⁸

Para esse autor, a enigmática Oblivion e tantas outras cidades esquecidas, eram "cidades mortas", onde *"tudo foi, nada é. Não se conjugam verbos no presente. Tudo é pretérito"*.⁹

A região Nordeste é pródiga em grandes obras literárias que refletem a imagem do fluxo do tempo, do auge e da decadência econômico-social. Sobre outra monocultura, lembramos o chamado "ciclo da cana de açúcar" do escritor paraibano José Lins do Rêgo (1901-1957), dentre elas, destaca-se *Fogo morto* (1943), ambientado no clima social da decadência dos engenhos de açúcar: "E assim corriam os anos no Santa Fé. Safras pequenas. Não havia feitor que parasse, o eito minguado, mas a vida da casa grande sempre como fora. Tudo por lá corria como dantes, com a mesma monotonia."¹⁰

Outra obra também significativa sobre o universo rural e decadências é *São Bernardo* (1934), do alagoano Graciliano Ramos (1892-1953). Personagem símbolo do *ethos* capitalista, Paulo Honório narra seu passado e trajetória inescrupulosos, amealhando gado e terras, encontrando-se só, no fim da vida, marcado por um desventurado amor.

João Cabral de Melo Neto, pernambucano, publicou o poema *Morte e vida Severina*, Auto de Natal pernambucano, em 1954-55, em que constrói a saga do emigrante Severino: "somos muitos Severinos/ iguais em tudo e na sina:/ a de abrandar estas pedras/suando-se muito em cima,/ a de tentar despertar/ terra sempre mais extinta,/ a de querer arrancar/ algum roçado da cinza."¹¹

Imagens do confronto moderno-arcaico, focalizando a dificuldade do viver no sertão, no campo, na floresta, nas regiões mineiras, os auges e decadências (econômicas, políticas, sociais) se multiplicaram, sobretudo em obras do chamado romance regionalista emergente nos anos 1930-50, ramificando-se em anos posteriores, adquirindo outros contornos temporais. Esses temas foram trabalhados também em outros registros artísticos, como nas artes plásticas e visuais, oriundas do movimento modernista de 1922. Regionalismo ou universalismo? Veremos que tais preocupações, presentes nessas obras, apontam dilemas universais na relação sociedade-natureza, na (sobre)vivência aos ciclos econômicos, no estranhamento decorrente de modernizações econômicas, nas perdas, nos "desarraigos" e nos recorrentes "cien años de soledad". São, afinal, temas que envolvem vidas e trajetórias humanas e que são expressos em obras diversas.

Toda essa produção artística perpassou a crise econômica mundial dos anos 1929, o golpe de estado getulista em 1930, a ditadura subsequente e o aprofundamento da industrialização e urbanização, que encontra na Era Juscelino Kubitschek sua expressão máxima. A vulnerabilidade da economia monocultora cafeeira expôs o país à crise mundial e

⁸LOBATO, Monteiro. *Cidades mortas*. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 25.

⁹ *Ibidem*, p. 21. Grifos meus.

¹⁰ REGO, José Lins do. *Fogo morto*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974, p. 175. (Coleção Sagarana).

¹¹MELLO NETO, João Cabral de. *Obra completa*. Organização: Marly de Oliveira. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, 1994, p. 172.

agravou o quadro político. A “modernização” econômica no pós-30, associada com o conservadorismo político e social que, de alguma forma, marcaram a trajetória brasileira, inspiraram tanto os contemporâneos quanto nos fornecem elementos para refletirmos sobre as “crises” em perspectiva histórica. A existência de ciclos de crescimento, esperança e abundância e outros de depressão, desesperança e retrocessos, o que indicam? No mínimo, que nada é para sempre e que a ação humana move a história. Tais ciclos têm uma função no sistema capitalista, provocando e alimentando crises econômicas e políticas para alavancar novas fases de acumulação.¹²

E, assim, o progresso “Severino” chega e rapidamente deixa ruínas, crises e, às vezes, expectativas de novos projetos, indicando os interesses que se metamorfoseiam e traduzem o tempo do capitalismo, “em que as forças produtivas se renovam no interior das relações de produção inalteráveis”.¹³ Muda-se a forma, mas o conteúdo permanece.

O objetivo desse artigo é refletir sobre uma das dimensões da crise, em seu mais largo prazo e modo sistêmico, que é a questão temporal, cara à história e fundamental aos seres humanos, pois envolve aspectos mais profundos, relativos ao presente, ao passado, às heranças e memórias, mas também aos projetos de futuro. Por meio de aporte bibliográfico faremos alguns apontamentos sobre a relação entre tempo e desenvolvimento capitalista, em geral e como essa relação se manifesta atualmente, no Brasil. Como o epicentro da presente crise encontra-se na sociedade política faremos, antes, algumas considerações sobre o atual momento, recorrendo a autores e obras que ajudam a elaborar alguns fios explicativos e a encontrar significados em um aparente “caos”.

Crise e “pequena política”

A presente crise política (sobretudo) indica o encerramento do período da “hegemonia às avessas”, de Lula da Silva a Dilma Rousseff (2003-2016), termo provocativo utilizado por Francisco de Oliveira, em obra tão bem apresentada por Ruy Braga, nos idos de 2010:

A “hegemonia às avessas” não estaria preparando igualmente uma nação sem qualquer sofisticação política, como diria Weber sobre Bismarck, totalmente subsumida à hegemonia da pequena política, como bem nos lembra Carlos Nelson Coutinho? Afinal, se, como diz Chico [de Oliveira], parece que atualmente os dominados dominam, os sindicalistas se transformaram em capitalistas, os petistas controlam o parlamento, a economia está definitivamente blindada contra a crise mundial, trata-se, antes de mais nada, de um conjunto de aparências “necessárias”, pois, para o marxismo crítico, a

¹² Sobre os ciclos de acumulação capitalista, tema que não será possível aprofundar nesse trabalho, ver duas grandes obras com perspectivas distintas, sobre o século XX: HOBBSAWM, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia da Letras, 1995; ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*. São Paulo: Unesp, 1994.

¹³ ROUANET, Sergio Paulo. Por que o moderno envelhece tão rápido? *Revista USP*, São Paulo, n. 15 - dossiê “Walter Benjamim”, set./nov. 1992, p. 111. Grifos meus.

aparência não é simplesmente a face espúria da essência, seu “outro” fictício e enganoso – existe sempre uma relação dialética entre aparência e essência.¹⁴

Tal “previsão” se confirmou e a “aparência” se revelou, pois, após o golpe/*impeachment* que depôs Dilma Rousseff, de dezembro de 2015 a maio de 2016, conjugado com efeitos “espetaculares” da operação “Lava Jato”, comandada pelo Ministério Público Federal e pela Polícia Federal (desde 2014), emergiram as contradições do período anterior e, com violência explícita, em uma “nação sem qualquer sofisticação”, com parcela majoritária da esquerda institucionalizada ora amordaçada, ora desmobilizada, ora com representantes presos e desmoralizados, impõem-se “reformas” em meio a uma ampliada “crise”.¹⁵

A vivência da crise evoca sentidos diferentes para cada pessoa, grupo, classe ou fração de classe por ela afetada, dependendo do grau de vulnerabilidade ou de oportunidade em que se encontram diante do processo histórico. Para Carlo Bordoni,

Crise econômica é, segundo os dicionários, uma fase de recessão caracterizada por falta de investimentos, diminuição da produção, aumento do desemprego, um termo que tem significado geral de circunstâncias desfavoráveis com frequência ligadas à economia.

Qualquer acontecimento adverso, em especial os concernentes ao setor econômico, é “culpa da crise”. Trata-se de uma atribuição de responsabilidade absolutamente despersonalizada, a qual liberta indivíduos de todo e qualquer envolvimento e faz alusão a uma entidade abstrata, o que soa vagamente sinistro. Isso acontece porque algum tempo atrás a palavra “crise” perdeu seu significado original e assumiu uma conotação apenas econômica. Ela substituiu outras palavras que foram historicamente desvirtuadas, como “conjuntura”, usada com frequência nos anos 1960 e 1970, quando a situação econômica geral era mais otimista, abrindo caminho a temporadas nas quais o consumismo de massa reinou imperturbado.¹⁶

Há períodos, como o presente, no Brasil, em que se conjugam, nitidamente, crise governamental, institucional, do sistema político e econômico, conjugada com uma crise internacional também de amplo espectro e duração.¹⁷

Em conjunturas assim, o presente se turva, se contrai e emergem medidas que se aproveitam, então, do “choque”¹⁸ para impor reduções políticas drásticas no campo social e

¹⁴BRAGA, Ruy. Apresentação. In: OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele (orgs.). *Hegemonia às avessas. Economia, Política e Cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 9-10.

¹⁵Eurelino Coelho, em sua tese, publicada como livro em 2012, apontava o transformismo de intelectuais de esquerda, abandonando o marxismo, migrando do compromisso com classes subalternas para a esfera de hegemonia da classe dominante, dotando o capital de uma ala esquerda, sendo que “de intelectuais orgânicos e pretendentes à condição de vanguarda comunista, eles passaram à negação da revolução e à produção da desorganização política da classe trabalhadora”. In: COELHO, E. *Uma esquerda para o capital*. O transformismo dos grupos dirigentes do PT (1979-1998). Feira de Santana: UEFS, 2012. Embora tal compromisso tenha se esfacelado, pois a ala “esquerda” tornou-se desnecessária para o capital, isso explica, em parte, a desmobilização política atual para enfrentar os fortes ataques às conquistas sociais das últimas décadas. Todavia, não nos cabe aprofundar essa análise, que desvirtuaria os objetivos desse artigo.

¹⁶BORDONI, C. Uma definição de crise. In: BAUMAN, Z.; BORDONI, C. *Estado de crise*. Rio de Janeiro: Zahar, 2016, posição 45. (E-Book).

¹⁷Sobre o termo “crise” e seus significados, ver: PASQUINO, G. Crise. In: BOBBIO, N. *et al.* (orgs.). *Dicionário de Política*. Brasília: EdUNB, 1993, p. 303-306. E também sobre a definição de crise, entendendo que “a crise enfrentada pelo mundo ocidental não é temporária, mas sinal de uma mudança profunda que envolve todo o sistema social e econômico e que terá efeitos de longa duração”, ver: BAUMAN, Z.; BORDONI, C. *Estado de crise*. *Op. cit.*, posição 24.

econômico, regressivas em todos os âmbitos da vida, mas divulgadas pelo governo e pelas grandes empresas midiáticas como “reformas”,¹⁹ tais como extinção de direitos trabalhistas, redução drástica do escopo da previdência social, na educação (“escola sem partido”, reforma do ensino médio, etc.), nos desincentivos e cortes à agricultura familiar, “ajuste” fiscal, ameaças sobre terras indígenas, ameaça à estabilidade do funcionalismo público, dentre outras que ainda virão, como respostas às crises. São verdadeiros “atos terroristas”, mas que, edulcorados por argumentos de “interesse nacional” e repetidos *ad nauseam* (pelos próprios órgãos governamentais, grande mídia e diversos outros aparelhos privados de hegemonia²⁰), são naturalizados e, em boa medida, aceitos acriticamente por vastas parcelas da população, que se resigna. E, quando são propostas saídas para a crise, elas tocam apenas a superfície do problema, como mecanismos de combate à corrupção, mudança no financiamento de campanhas políticas, dentre outras.

Quando tais atos não encontram possibilidades de reação social à altura, levam a um descrédito social generalizado para com políticos, instituições, etc., que é extremamente perigoso, permitindo um caldo de cultura que anseia pela brevidade das soluções, pela finalização imediata, calcada ora em líderes salvadores, autoritários, demagógicos, populistas, ora propugnando intervenções militares, clássicas na América Latina. Tempos da “pequena política”, no dizer de Gramsci, expressão apropriada por Carlos Nelson Coutinho para analisar a política nas últimas décadas neoliberais, que significa o consenso passivo, a aceitação naturalizada do existente, “a concepção da política como disputa de elites e não como ação de maiorias” e: “hegemonia da pequena política existe, portanto, quando se torna senso comum a ideia de que a política não passa da disputa pelo poder entre suas diferentes elites, que convergem na aceitação do existente como ‘algo natural’”.²¹

Em muitas supostas “reformas” e “ajustes” esconde-se uma poderosa alavanca para o aprofundamento da concentração de renda, temperada por justificativas que, no auge da crise, são verdadeiros escárnios emitidos por representantes da sociedade política (e também sociedade civil) em todos os níveis, ao impor retirada de direitos como se fosse solução, invocando supostos interesses gerais e nacionais. A tradição do diálogo, que não chegou a ser efetivamente construída no Brasil, encontra-se ainda mais dificultada e truncada. O autoritarismo campeia, em práticas estatais, parlamentares e nos comportamentos sociais cotidianos. E, de novo, ficamos cara a cara com o passado colonial, escravista e autoritário. Ele

¹⁸Sobre o poder do choque (em várias dimensões, inclusive econômica e social) e sua utilização pelas forças do “livre mercado”, ver: KLEIN, Naomi. *A doutrina do choque*. A ascensão do capitalismo de desastre. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.

¹⁹Para Carlos Nelson Coutinho (1943-2012), o termo “reforma” envolve uma aura de simpatia, pois sempre foi uma ideia vinculada às lutas dos subalternos para transformar a sociedade, mas que adquiriu, em tempos neoliberais, outros significados: cortes, supressões de direitos e restrições de todo tipo. É uma operação de mistificação ideológica, para o autor. Cf: A hegemonia da pequena política. In: OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele (orgs.). *Hegemonia às avessas*. Economia, Política e Cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 35.

²⁰ Segundo A. Gramsci, o lugar da dominação não se encontra somente na sociedade política propriamente dita, mas na própria sociedade civil, locus de atuação dos aparelhos “privados” (por adesão voluntária) de hegemonia e de seus intelectuais orgânicos. Cf. GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*, v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 20-21.

²¹ *Ibidem*, p. 31.

se atualiza e se metamorfoseia. Em tempos de crescimento econômico e limitadas políticas sociais, tudo se abrandava, mas com um novo ciclo de crise e com retração econômica, as contradições emergem e a realidade torna-se crua. Reina a “pequena política”.

São elementos, atualmente, ao que tudo indica, também de uma crise de hegemonia, que parece se aprofundar em crise orgânica, nos termos de Antônio Gramsci, período em que a classe dominante, por motivos vários, perdeu o consenso, não é mais capaz de se manter como dirigente, mas unicamente como dominante, valendo-se da coerção em larga escala e, acrescentamos, de políticas de “choque”, nos termos de Naomi Klein.²² Para Gramsci, “ao mesmo tempo, a classe dominada adquire certa cota de consenso, mas não possui a autoridade pela qual seria já dirigente”.²³ No caso do Brasil, no presente, 2016/2017 o dissenso é generalizado, já que setores da classe dominada foram desmobilizados, em grande parte, pelos seus próprios representantes, em mais de uma década de governos do Partido dos Trabalhadores, conforme análise de Ruy Braga, apresentada anteriormente, dentre outros fatores mais significativos.²⁴ Nesse caso, tal como percebia Gramsci nos anos 1920/30, “a crise se apresenta, praticamente, na dificuldade cada vez maior para formar os governos e na instabilidade cada vez maior dos próprios governos: ela tem sua origem imediata na multiplicação dos partidos parlamentares e nas crises internas permanentes de cada um destes partidos.”²⁵

Quando não há alternativa visível no horizonte político, crescem, então, as propostas e encaminhamentos que buscam um atalho. Soluções abreviadas, em tempo reduzido, têm seus perigos latentes. A crise tem outras dimensões ainda mais profundas, se pensarmos na involução de formas de convivência social e no crescimento de práticas de tons autoritários/fascistas. E, nesse caso, impõe-se a reflexão sobre o tempo histórico e social, já que, para Marc Bloch, em reflexão clássica, a história é a “ciência dos homens, no tempo”. E, prossegue: “realidade concreta e viva, submetida à irreversibilidade de seu impulso, o tempo da história, ao contrário é o próprio plasma em que se engastam os fenômenos e como o lugar de sua inteligibilidade”.²⁶ Mas, como pensar o tempo (histórico) no devir do sistema capitalista?

O tempo do capital

O sistema capitalista vale-se da otimização do tempo para funcionar a contento, produzindo mais valia e gerando mais capital, mantendo inalteradas as relações de produção,

²² KLEIN, Naomi. *A doutrina do choque*. *Op. cit.*

²³ LA PORTA, Lelio. Crise orgânica. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (orgs.). *Dicionário gramsciano*. [s.n.t.], p. 163.

²⁴ A ideologia do “desenvolvimento sustentável” a serviço do “capitalismo verde” tem tido uma função apassivadora (nos termos de Antônio Gramsci) sobre movimentos rurais, sobretudo. Sobre esse processo na Amazônia Ocidental, ver: PAULA, Elder A. *Capitalismo Verde e transgressões: Amazônia no espelho de Caliban*. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2013.

²⁵ GRAMSCI, A. *Apud*: LA PORTA, Lelio. Crise orgânica. *Op. cit.*, p. 163.

²⁶ BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, O ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 55.

conforme Rouanet, já mencionado. São imperativos para o funcionamento do sistema, tendo que acumular constantemente, expandir-se para novos mercados, territórios, esferas de vida, envolvendo seres humanos e o meio ambiente, nos termos de Ellen Wood.²⁷ Essa ordem social, segundo István Mészáros, (1930-2017) “degrada o fardo inescapável do tempo histórico significativo – o tempo de vida tanto dos indivíduos como da humanidade – à tirania do imperativo do tempo reificado do capital, sem levar em conta as consequências.”²⁸ E, mais, para este autor,

O modo historicamente único de reprodução sociometabólica do capital degrada o tempo porque a determinação objetiva mais fundamental de sua forma própria de intercâmbio humano é a condução irreprimível à contínua auto-expansão, definida pelas características intrínsecas a esse modo de intercâmbio societário como a necessária *expansão do capital*, alcançada na sociedade de troca apenas por meio da exploração do tempo de trabalho. O capital, portanto, deve tornar-se cego com relação a todas as dimensões do tempo diversas da dimensão relativa ao trabalho excedente explorado ao máximo e o correspondente tempo de trabalho.²⁹

Os termos utilizados pelo autor são suficientemente significativos ao referir-se ao tempo do capital: cegueira, imperativo, tirania, que se chocam contra o tempo humano, tanto o dos indivíduos quanto o da humanidade. O capitalismo, na sua base e formação, operou com a separação do trabalhador de seus meios de produção e com a intensificação da jornada de trabalho. Essa intensificação extrapolou o mundo fabril e invadiu a vida como um todo. A impressão, no senso comum, é que o tempo passa rápido, ao passo que, na verdade, a intensificação do trabalho, das comunicações, das exigências, do consumo e até do que fazer em horas de lazer, etc. é que subordinam a vida dos indivíduos a essa tirania desse tempo reificado do capital, segundo Mészáros.

A progressiva aceleração do tempo, conjugada com a moral baseada no trabalho, embora tenham encontrado resistências, sobretudo no início, na chamada transição do feudalismo ao capitalismo, marcou e marca a trajetória do sistema capitalista. Segundo E. P. Thompson, “por meio de tudo isso – pela divisão do trabalho, supervisão do trabalho, multas, sinos, relógios, incentivos em dinheiro, pregações e ensino, supressão das feiras e dos esportes – formaram-se novos hábitos de trabalho e impôs-se uma nova disciplina de tempo”.³⁰ Característica essa que não passou ilesa, antes, às observações de Karl Marx, no alvorecer da industrialização, no século XIX, na Inglaterra:

Não basta que haja, de um lado, condições de trabalho sob a forma de capital e, de outro, seres humanos que nada têm para vender além de sua força de trabalho. Tampouco basta forçá-los a venderem livremente. Ao progredir a produção capitalista, desenvolve-se uma classe trabalhadora que *por educação*,

²⁷Cf.: WOOD, Ellen M. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p.78-79.

²⁸MÉSZÁROS, István. *O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 33. Grifos do autor.

²⁹ *Ibidem*, p.33. Grifos do autor.

³⁰THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 297.

tradição e costume aceita as exigências daquele modo de produção como leis naturais evidentes.³¹

Criou-se, com o passar das gerações, uma civilização capitalista, da qual participamos, imersa nesse tempo social acelerado, multiplicador de tarefas e de “necessidades” de consumo, como lógica dominante, evidentemente não exclusiva. Talvez o processo em curso seja parte da expropriação de nosso próprio tempo, individual e humano, dominando também as subjetividades. Jorge Riechmann, em obra que inspirou o presente trabalho, afirma, sobre tempos contemporâneos:

Una tecnociencia fetichizada, en rapidísimo desarrollo, pasa a percibirse como el auténtico sujeto de la historia, mientras que los seres humanos rebajados a objetos impotentes sufren el impacto de procesos que no controlan. Sin una *ralentización del desarrollo tecnológico* parece imposible que comunidades democráticas y reflexivas se reapropien de la tecnociencia – hoy, crecientemente, sierva del gran capital – para reinsertala dentro de un orden social propiamente humano.³²

A tecnociência, a vida cotidiana bombardeada de informações (e pouco conhecimento) 24 horas ao dia, reforçam a sensação de impotência e dificultam a formação de uma consciência crítica e até de projetos sociais mais duradouros e disruptivos em relação à atual tirania do capital e das relações capitalistas. E há uma relação intrínseca entre práxis humana e tempo: “la práxis presupone capacidad de elección, para ejercer la cual se precisa un abanico de posibilidades. Para aprovechar estas posibilidades hace falta tiempo: el tiempo peculiar de la deliberación y de la decisión.”³³ Veremos, a seguir, alguns apontamentos sobre a relação entre tempo e desenvolvimento capitalista, a partir do século XX, breve ou longo, de acordo, respectivamente, com Hobsbawm e Arrighi.

A escalada da impotência social

Cada período histórico produziu suas justificativas para as “necessidades” do crescimento econômico, notadamente após o século XIX, com a difusão da industrialização pelo mundo, impulsionadas pelas políticas estatais. Após a Segunda Guerra Mundial, ganha corpo a difusão do ideário planejador, racional, em parte derivado da inspiração do sucesso dos planos quinquenais na antiga URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas), outra parte derivada da própria crise capitalista e dos remédios econômicos recomendados por Keynes (inspirado, em parte, na própria política da URSS), e ainda outra vertente, derivada do fordismo/taylorismo em crescimento nos EUA, propagando o ideário tecnicista, envolto em moral conservadora. É quando entra em cena o “Terceiro Mundo”, após os anos 1950/60.

³¹MARX, Karl. A chamada acumulação primitiva. *O Capital*. Crítica da economia política. Livro I, v. II. São Paulo: Difel, 1985, p. 854. Grifos meus.

³²RIECHMANN, Jorge. *Tiempo para la vida*. La crisis ecológica en su dimensión temporal. Málaga: Imprenta Montes, 2003, p. 34. Grifos do autor.

³³*Ibidem*, p. 35.

O termo “Terceiro Mundo” foi criado pelo economista francês Alfred Sauvy em 1952 e rapidamente ganhou a preferência nos meios de comunicação. Servia para designar os países subdesenvolvidos da África, Ásia e América Latina e que se declaravam neutros nas disputas da Guerra Fria. Faz parte da chamada Teoria dos Mundos, surgida a partir do fim da Segunda Guerra e início da Guerra Fria, que dividia os países de acordo com sua grandeza econômica. O termo foi problematizado, dentre outros, pelo colombiano Arturo Escobar. Segundo a síntese do autor, inspirado em Michel Foucault e inserido no campo de estudos denominados pós-coloniais:

me propongo hablar del desarrollo como una experiencia históricamente singular, como la creación de un dominio del pensamiento y de la acción, analizando las características e interrelaciones de los tres ejes que lo definen: las formas de conocimiento que a él se refieren, a través de las cuales llega a existir y es elaborado en objetos, conceptos y teorías; el sistema de poder que regula su práctica y las formas de subjetividad fomentadas por este discurso, aquellas por cuyo intermedio las personas llegan a reconocerse a sí mismas como “desarrolladas” o “subdesarrolladas”. El conjunto de formas que se hallan a lo largo de estos ejes constituye el desarrollo como formación discursiva, dando origen a un aparato eficiente que relaciona sistemáticamente las formas de conocimiento con las técnicas de poder.³⁴

Tal período fora conhecido como a Era de Ouro dos países capitalistas desenvolvidos, mas que também plasmava um fenômeno mundial, “embora a riqueza geral jamais chegasse à vista da maioria da população do mundo”, segundo Eric Hobsbawm.³⁵ Era uma nova aposta dos países hegemônicos que seriam os condutores dos demais aos degraus sequenciais do “desenvolvimento”. Cada Estado-nação deveria elaborar, com a “ajuda” de comissões estrangeiras, seus planos de desenvolvimento, pois,

todas as economias teriam que forçosamente encontrar determinados níveis de crescimento. E ainda que, para ultrapassar esses estágios inevitáveis, a sociedade teria que reestruturar sua cultura, desfazer-se de partes retrógradas e cultivar elementos culturais mais compatíveis com as necessidades de uma nação moderna.³⁶

Ashis Nandy complementa que, diante das complexas realidades e diversidade cultural de todos os hemisférios do “Terceiro Mundo”, esses planos foram relativamente contrariados, pois esbarraram em resistências de populações. Nos seus termos, houve um fracasso das sociedades do Terceiro Mundo nessa caminhada rumo ao “progresso”. O Estado que se fortaleceu nessas regiões,

se assemelha mais a um aparato coercivo especializado ou a um tipo de empreendimento privado. Em segundo, a cultura nessas sociedades demonstrou ser bem mais resistente do que esperavam doutos e sábios. O que se viu é que, quando as culturas entram em confronto com as necessidades e razões do Estado, é normalmente o Estado que recua para dar lugar à cultura. Essa resistência por parte da cultura, que se expressa também no vigoroso

³⁴ESCOBAR, A. *La invención del Tercer Mundo*. Construcción y deconstrucción del desarrollo. Caracas: Fundación Editorial El Perro y la Rana, 2007, p. 30. Disponível em: <www.pt.scribd.com>. Acesso em 31 jul. 2011.

³⁵HOBBSAWM, Eric J. *Era dos Extremos...* Op. cit., p. 255.

³⁶NANDY, Ashis. Estado. In: SACHS, W. (org.) *Dicionário do Desenvolvimento*. Guia para o conhecimento como poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 84.

ressurgimento de uma autoconsciência étnica em muitas das sociedades do Terceiro Mundo, parece mostrar que a destruição de culturas, algo que era possível no passado, quando pequenas tribos e minorias eram completamente exterminadas pela modernização, hoje, com entidades culturais muito maiores, não se faz sem despertar forte resistência. Cada vez mais, as culturas se recusam a simplesmente cantar suas canções do cisne e sair com mil reverências do palco do mundo para entrar nos manuais da história. Ao contrário, como o inconsciente de Freud, começam hoje a ressurgir do mundo dos mortos para assombrar o sistema moderno de Estados-nação.³⁷

Nessa acepção, Estado e sociedade/cultura parecem se opor. O primeiro detém o monopólio da violência e a segunda a resistência. Embora tal dicotomia seja questionável, o argumento da resistência cultural é pertinente, embora, também, saibamos que a pressão pela uniformização cultural venha acontecendo de uma forma cada vez mais massiva. Mas, as resistências são latentes. Às vezes emergem das “margens do mundo”, arrancam conquistas governamentais a “fórceps”, mas se não forem articuladas com outros movimentos de maior amplitude, que coloquem em xeque os próprios mecanismos reprodutivos do sistema capitalista, elas tendem a ser engolfadas novamente, entrando em período de crise, cooptação ou de desaparecimento.

Para Arturo Escobar, em linha teórica semelhante à de Nandy,

Devido aos imperativos de uma “sociedade moderna”, planejar significava sobrepor-se às “tradições”, “obstáculos” e “irracionalidades” ou erradicá-los completamente, isto é, uma transformação total das estruturas humanas e sociais existentes, para substituí-las por outras consideradas racionais.³⁸

As pressões e contrapressões do crescimento e do desenvolvimento econômico, coroando o ser “moderno”, também aconteceram nos próprios países centrais. Marshall Berman (1940-2013) publicou, em 1982, a obra *Tudo que é sólido desmancha no ar*, investigando as dimensões de sentido da modernidade: “ser moderno é viver uma vida de paradoxo e contradição.”³⁹ Além do *Manifesto Comunista*, que inspirou o título e o conjunto da obra, também utiliza-se de referências literárias, as trajetórias de cidades e de bairros novaiorquinos servindo-lhe de mote para investigar tais paradoxos e contradições, bem como suas expressões culturais. A obra *Fausto*, de Goethe, foi analisada para que ele tratasse, criativamente, sobre a “tragédia do desenvolvimento” e seu moto contínuo, tudo que outrora fora inovador, no momento seguinte torna-se obsoleto, “se pararem para descansar, para ser o que são, serão descartados”⁴⁰. Berman, assim afirmava,

Na última geração, apesar do declínio econômico dos anos 70, o processo de desenvolvimento espalhou-se, quase sempre em ritmo frenético, pelos mais remotos, isolados e atrasados setores das sociedades avançadas. Transformou inúmeros pastos e campos de milho em usinas químicas, quartéis gerais de corporações, *shopping centers* suburbanos. Quantas laranjeiras foram preservadas em *Orange County**, na Califórnia? Transformou milhares de bairros urbanos em entroncamentos de auto-estradas e estacionamentos, ou em

³⁷NANDY, Ashis. Estado. *Op. cit.*, p. 84-85.

³⁸ESCOBAR, A. Planejamento. In: SACHS, W. (org.). *Dicionário do Desenvolvimento... Op. cit.*, p. 215.

³⁹BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. A aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986, p. 13.

⁴⁰*Ibidem*, p. 77.

centros de comércio mundial e *Peachtree Plazas***, ou em vastidões abandonadas, esturricadas – onde ironicamente a grama volta a crescer em meio ao entulho, enquanto pequenos bandos de bravos pioneiros fixam novas fronteiras –, ou, na história bem sucedida dos padrões urbanos dos anos 70, em armações escovadas e brilhantes, com imitação de nódoas antigas; paródias das velhas selvas.⁴¹

Esse desenvolvimento (um quase sujeito, com vida própria, a arrebatando pessoas e mundo) encontrava, na crise dos anos 1970, o encerramento de um ciclo que se iniciou no pós-guerra (a construção do *Welfare State*), com a hegemonia estadunidense e a construção e exportação desse ideário e de suas práticas para o mundo chamado subdesenvolvido, o Terceiro Mundo.⁴² Portanto, tudo indicava a agonia do mundo “moderno”, emergindo o “pós-moderno”. Doravante, o sistema capitalista receberia sopro alentador com o fim da Guerra Fria, com a crise dos países socialistas, com a acumulação flexível, que tem no pós-modernismo seu lastro teórico, conforme a análise de David Harvey.

Os sistemas de comunicação e de transporte foram turbinados, em um fluxo contínuo de informações e deslocamentos. Segundo Harvey, em obra publicada originalmente em 1989, o pós-modernismo era, mais do que um conjunto de ideias e noções conflitantes, uma verdadeira condição histórica que requeria elucidação. Tal condição, mais do que jogos de linguagem e desconstrucionismos de variadas espécies,⁴³ indicava que os significados do espaço e do tempo mudaram com a transição do fordismo para a acumulação flexível, notadamente após 1972, havendo uma maior “compressão espaço-temporal”, apequenando-se espaços e acelerando o giro do tempo. Tal compressão, segundo sua tese, “tem tido um impacto desorientado e disruptivo sobre as práticas político-econômicas, sobre o equilíbrio do poder de classe, bem como sobre a vida cultural e social”.⁴⁴ Acentuam-se a volatilidade, fragmentações, incertezas, nota-se a efemeridade de modas, técnicas, processos de trabalho, em “bombardeios de estímulos”, “a reversão a imagens de um passado perdido (daí decorrendo a importância de memoriais, museus e ruínas)”.⁴⁵ A volatilidade tornaria “extremamente difícil qualquer planejamento de longo prazo”.⁴⁶

⁴¹BERMAN, Marshall. *Tudo que é... Op. cit.*, p.77. Os asteriscos são indicações dos tradutores: o primeiro significa “Condado da Laranja” e o segundo, “Praças ou mercados de Pessegueiro”, nome de famoso centro de compras.

⁴² HOBBSAWM, Eric J. *Era dos Extremos... Op. cit.*

⁴³ O livro do filósofo francês Jean François Lyotard (1924-1998), *A condição pós-moderna*, havia sido publicado em 1979. A publicação de Harvey pode ser vista como um elemento de contraponto a esse manifesto pós-moderno.

⁴⁴ HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992, p. 257.

⁴⁵ *Ibidem*, p. 259.

⁴⁶ *Ibidem*, p.259. Wood discordou tanto de Berman, quanto de Harvey, para ela, considerar “modernidade” e “pós-modernidade” significa jogar por terra o legado do “projeto iluminista” e seu compromisso com a emancipação humana, no sentido universal. A grande questão, para Wood, não seria se considerar modernismo ou pós, mas a própria condição do capitalismo e de sua trajetória, que é histórica e não natural. (A origem do capitalismo. Op. cit., p. 117-122). Entendendo os objetivos da autora e seu cuidado em não naturalizar o capitalismo, acreditamos, todavia, que os trabalhos mencionados foram e são importantes para evidenciar tanto traços culturais, quanto o próprio registro do estranhamento causado pela aceleração do capitalismo, ou seja, de que forma as relações sociais são impactadas.

Desde os anos 1970, a ambiência de várias crises, econômica, financeira, política, social, ambiental, etc., fornece elementos para se refletir que os ideários de desenvolvimento, planejamento e racionalidade econômica nunca responderam aos interesses da maioria das pessoas do planeta, sendo potencialmente destrutivos e provocadores de guerras (por recursos, por combustíveis, por zonas militares de influência, etc). Para alguns, poucos, esses ideários têm sido projetos, mas para a maioria, significam desarraigos na significativa expressão de Julio P. Vallejos, que pode ser estendida aos séculos XX e XXI.⁴⁷

As supostas saídas para tais crises tampouco oferecem alternativas sociais e ambientais efetivas, pois geralmente os Estados são chamados para socorrer, generosamente, grandes empresas e instituições financeiras (como ocorreu na crise de 2008).⁴⁸ Para Escobar, o planejamento, tal como foi elaborado e divulgado, desapareceria gradualmente de nossas mentes. Argumentando em consonância com Vandana Shiva, afirma que muitos grupos no “Terceiro Mundo”, mulheres da área rural, povos indígenas, têm outra forma de se relacionar com o mundo ao redor, com a natureza, embora o autor também procure não cair na idealização ou romantização dessas populações, considerando, ainda, que são culturas em transformação. Para Escobar, tais povos e grupos

possuem um tipo de conhecimento e de práticas que são opostas àquelas que caracterizam a união predominante de uma ciência reducionista, com a sociedade patriarcal, a violência e o lucro – formas de relacionamento com pessoas, com o conhecimento, e com a natureza, que são menos exploradoras e reificadoras, e mais localizadas, descentralizadas e em harmonia com o ecossistema – é também a experiência de vários observadores em muitas partes do mundo. Essas formas alternativas, que não são nem tradicionais, nem modernas, fornecem as bases para um processo lento porém contínuo de construção de maneiras diferentes de pensar, de agir, de conceber a mudança social, de organizar economias e sociedades, de viver e de curar.⁴⁹

O colonialismo, derivado da conquista e de seus desdobramentos históricos sucessivos, turvou nossas mentes e dificilmente conseguimos pensar tanto o passado, quanto propostas de presente e de futuro fora dos padrões eurocêntricos e fora também do receituário estatal desenvolvimentista, por mais que saibamos de seus efeitos deletérios. Segundo Aníbal Quijano, “algo se mueve, sin duda. El mundo transita hoy al borde mismo de un filoso

⁴⁷ Para esse autor, durante o século XIX, a experiência da modernização e da sociedade de mercado, marcada pela lógica da acumulação e da produtividade, levou ao desenraizamento de populações das estruturas agrárias, artesanais ou camponesas, dificultando sua permanência em espaços e tarefas tradicionais e empurrando-as para outros espaços, como as cidades em crescimento, portos, obras públicas, áreas mineradoras ou dentro do próprio mundo rural, mas como empregados em atividades agro-pecuárias extensivas. Cf.: VALLEJOS, Julio P. De proyectos y desarraigos: La sociedad latinoamericana frente a la experiencia de la modernidad (1790-1914). 19th. *International Congress of historical Sciences*, Universität Oslo, 6-13 August, 2000. Especialised theme 17: modernity and tradition in Latin America, p. 17. Disponível em: <<http://www.oslo2000.uio.no/program/papers/s17/s17-valejos.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2016.

⁴⁸ Segundo Harvey: “As forças que surgiram com o advento do capitalismo refizeram muitas vezes o mundo desde 1750”. HARVEY, David. *O enigma do capital*. E as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 101. Sobre a crise de 2008, nos Estados Unidos, ver, em especial, o cap. 1 “A crise”.

⁴⁹ ESCOBAR, A. Planejamento. *Op. cit.*, p. 225-226.

trayecto entre un patrón de poder que ahora muestra sus más violentas entrañas, y un nuevo horizonte histórico que pugna por su plena constitución”.⁵⁰

Para o autor, não haveria somente uma crise do capital ou do capitalismo, mas de todo um padrão de poder que, por sua vez, colocou em xeque a natureza, permitindo a destruição de formas de vida no planeta, bem como ameaçando a própria sobrevivência da humanidade.⁵¹

E, nesse sentido, há que se pensar a relação sociedade-natureza de forma recíproca, como Joachim Hirsch preconiza, acrescentando que houve uma significativa mudança efetivada nessa relação, desde os anos 1920/30:

Na sociedade industrial fordista, a natureza era vista como uma fonte inesgotável e infindável de recursos materiais. Hoje, no entanto, as limitações desses recursos integram as pautas de discussão em todo o mundo. Incluem-se aí, por exemplo, a necessidade de conservação e economia, por meio do estabelecimento de medidas de reciclagem. Isso significa que a percepção da “natureza” depende das relações sociais existentes, dos modos de produção e das tecnologias, afetando os conceitos de “política ambiental” e o caráter de questões com as quais se lida, nesse contexto.⁵²

Para o geógrafo Marcos Aurélio Marques, ao analisar a “poética do lugar” na obra do poeta amazonense Tiago de Melo, “para a maior parte da população da Amazônia, a natureza não é algo sem a presença humana. Ela é a integração dos homens, mulheres e crianças com o rio, a selva, os animais.”⁵³ E, citando o próprio Tiago de Melo, no poema “A vida verdadeira”, publicado em 1966, evidencia o viver e o saber na Amazônia, entre aventura e desventura,

Canto molhado e barrento
de menino do Amazonas
que via vida crescer
nos centros da terra firme.
Que sabe a vinda da chuva
pelo estremecer dos verdes
e sabe ler os recados
que chegam na asa do vento.
Mas sabe também o tempo
da febre e o gosto da fome.
Nas águas da minha infância
perdi o medo entre os rebojos.
Por isso avanço cantando.
Estou no centro do rio,
estou no meio da praça.
Piso firme no meu chão,
sei que estou no meu lugar,
como a panela no fogo

⁵⁰QUIJANO, Aníbal. La crisis del horizonte de sentido colonial/moderno/eurocentrado. *Revista Casa de las Américas*, n. 259-260, abr./sep. 2010, p.4. Disponível em: <<http://www.casa.cult.cu/publicaciones/revistacasa/260/revistacasa260.php?pagina=revistacasa>>. Acesso em: 12 ago. 2015.

⁵¹*Ibidem*, p. 5.

⁵²HIRSCH, Joachim. Políticas Ambientais globais: o caso da biodiversidade. *Caderno CRH*, Salvador, n. 35, jul./dez. 2001, p. 109. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/download/18593/11967>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

⁵³MARQUES, Marcos Aurélio. *Literatura e geografia. A poética do lugar em Tiago de Melo*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Porto Velho: Universidade Federal de Rondônia, 2010, p. 97.

e a estrela na escuridão.⁵⁴

Segundo Ailton Krenak, também ao elaborar outro significado para a relação sociedade-natureza, entrevendo a dinâmica do “lugar” problematizada por Marques, nos lugares onde cada povo indígena tinha seu domínio cultural e/ou político, fundava-se um registro, uma memória da criação do mundo, o sentido para esse espaço envolvia algo do sagrado e da tradição,

Nessa antiguidade desses lugares a nossa narrativa brota, e recupera os feitos dos nossos heróis fundadores. Ali onde estão os rios, as montanhas, está a formação das paisagens, com nomes, com humor, com significado direto, ligado com a nossa vida, e com todos os relatos da antiguidade que marcam a criação de cada um desses seres que suportam nossa passagem no mundo. Nesse lugar, que hoje o cientista, talvez o ecologista, chama de habitat, não está um sítio, não está uma cidade nem um país. É um lugar onde a alma de cada povo, o espírito de um povo, encontra a sua resposta, resposta verdadeira. De onde sai e volta, atualizando tudo, o sentido da tradição, o suporte da vida mesma. O sentido da vida corporal, da indumentária, da coreografia das danças, dos cantos. A fonte que alimenta os sonhos, os sonhos grandes, o sonho que não é somente a experiência de estar tendo impressões enquanto você dorme, mas o sonho como casa da sabedoria.⁵⁵

Naquele mesmo território, submetido e dominado pelo sujeito/empresa que vê na montanha o seu potencial de minério e nos rios o potencial hidrelétrico, “meu avô, meus primos olham aquela montanha e vêem se está triste, feliz ou ameaçadora, e fazem cerimônia para a montanha, cantam para ela, cantam para o rio...”⁵⁶

Para Krenak “o tempo todo é a criação do mundo”. E complementa,

nós acampamos no mato, e ficamos esperando o vento nas folhas das árvores, para ver se ele ensina uma cantiga nova, um canto cerimonial novo, se ele ensina, e você ouve, você repete muitas vezes esse canto, até você aprender. E depois você mostra esse canto para os seus parentes, para ver se ele é reconhecido, se ele é verdadeiro.⁵⁷

Para Alfredo Bosi, em um texto na mesma coletânea em que se encontra o texto acima referenciado, o que seria problemático na “religião do progresso” não seria a justa aspiração de uma vida melhor, “mas os hábitos de dominação que esse desejo foi gerando por via de uma tecnologia destrutiva e de uma política de violência”.⁵⁸ O avanço tecnológico não teria, para o autor, curado as feridas do Terceiro Mundo, nem, tampouco, humanizado o convívio entre os povos naquele fim de milênio, terminando o século XX. Podemos atestar o mesmo para essa segunda década do século XXI.

⁵⁴ MELO, Tiago de. A vida verdadeira. *Faz escuro mas eu canto*. Apud: MARQUES, Marcos Aurélio. *Literatura e geografia... Op. cit.*, p. 214.

⁵⁵ KRENAK, Ailton. Antes, o mundo não existia. In: NOVAES, Adauto (org.). *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 201.

⁵⁶ *Ibidem*, p. 203.

⁵⁷ *Idem*.

⁵⁸ Trata-se do ciclo de conferências “Caminhos da memória, trilhas do futuro”, como parte das atividades dos quinhentos anos de “descobrimto” da América, desenvolvido pela Secretaria Municipal de Cultura do estado de São Paulo, ao longo de 1992. BOSI, Alfredo. O tempo e os tempos. In: NOVAES, Adauto (org.). *Tempo e História*. *Op. cit.*, p. 22.

Quanto mais se concentra a população nas cidades, imprimindo um ritmo de vida marcado pela coerção permanente (pressa, deslocamentos difíceis, alimentação em “*fast-foods*”, serviços públicos insuficientes, violências de toda sorte, etc.), mais se idealiza o campo, tendência já detectada no século XVIII, na Inglaterra, por Keith Thomas,⁵⁹ mas que adquire feição nova. O campo, hoje, é hegemônico pelo agronegócio, monocultura tecnologicada ao extremo, em vastas extensões de terras, com poucos trabalhadores. E uma visão romantizada da relação sociedade/natureza também esconde suas armadilhas, pois encobre sutis estratégias de dominação, perpetuando o próprio sistema capitalista. Por exemplo, a ideologia do “desenvolvimento sustentável”, que tem proliferado, haja vista as chamadas “externalidades” das políticas de crescimento econômico.⁶⁰

Segundo Elder A. Paula, a partir de estudo da tríplice fronteira Brasil-Bolívia-Peru, em territórios da Amazônia continental, há um processo em curso de “fetichização da natureza”, atualizando a análise de Marx sobre a “fetichização da mercadoria”, “isto é, à medida que se aprofunda a mercantilização de “*las bondades de la naturaleza*”, os critérios para a sua “conservação” passam a estar rigorosamente sujeitos “às lógicas do mercado”. E, adiante, ele explica do que se trata esse processo:

Ou seja, uma vez que a gestão de “áreas protegidas” passa a requerer o uso crescente de uma racionalidade técnico-científica, emanada de fora, vai se produzindo, entre os povos e as comunidades que vivem nessas áreas, um estranhamento com a natureza. Ao mesmo tempo em que são “enaltecidos”, por serem portadores de “conhecimento empírico da floresta”, esses sujeitos são tratados como inaptos para a “gestão” de seus territórios. Trata-se de uma forma de subordinação mais sofisticada do que aquela que integra aos complexos agroindustriais uma parcela do campesinato, dado que leva em conta não só a exploração do trabalho e a perda de autonomia do processo de produção, mas também as formas de estímulo e valorização do não trabalho, através dos chamados “serviços ambientais”.⁶¹

Trata-se, portanto, não mais somente de expropriação do solo e das riquezas do subsolo, das mínimas condições de vida e também do tempo, do conhecimento, da memória, das tradições, dos sentidos mais profundos do que significa “viver”... Nesse ponto, agora, segundo Hirsch, a política de biodiversidade é caracterizada por fortes tendências à internacionalização do Estado. Ademais, a biodiversidade selvagem é ela mesma fonte atual de cobiça, originando a “biopirataria”:

⁵⁹THOMAS, K. *O homem e o mundo natural*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

⁶⁰As chamadas externalidades são “associadas às ações de um agente econômico que afetam as condições físicas do consumo ou as condições tecnológicas da produção para outros agentes econômicos. Podem ser positivas ou negativas. Desse modo, a poluição de um rio por uma indústria situada rio acima, influyendo sobre as condições das fábricas rio abaixo, é uma externalidade negativa. “Internalizar” uma externalidade significa conduzir os agentes econômicos a levá-la em conta nas suas decisões, por meio de regulamentação ou da tributação.” GUESNERIE, Roger. *A economia de mercado*. São Paulo: Ática, 1997, p. 114.

⁶¹PAULA, Elder A. *Capitalismo Verde e... Op. cit.*, p. 130-131. Sobre a trama regional, nacional e internacional da economia verde, a partir do estado do Acre, ver a esclarecedora reportagem: CHIAVERINI, Tomás; LAZZERI, Taís. Comunidades tradicionais são excluídas pela economia verde dos irmãos Viana. Líder seringueiro defendia modo de vida dos extrativistas como a melhor proteção da natureza. *Repórter Brasil* (programa de TV), 26 out. 2017. Disponível em: <www.repórterbrasil.org.br/acre>. Acesso em: 02 nov. 2017.

O termo pirataria refere-se ao fato de que empresas que buscam informação e substâncias genéticas desconhecidas apóiam-se no conhecimento dos povos autóctones e dele se apropriam, explorando-o e transformando-o em propriedade privada, como é o caso do poder de cura das plantas. Parece óbvio, portanto, que o capitalismo pós-fordista é caracterizado por um novo processo de acumulação primitiva ou original, que não se refere mais à apropriação da terra, como descreveu Marx, mas à apropriação de conhecimento no sentido mais amplo, e nesse contexto que estamos tratando, à apropriação dos recursos genéticos.⁶²

Havendo essa internacionalização do Estado, torna-se ainda mais difícil o controle “democrático” dessas políticas, “os processos políticos tornam-se menos transparentes”⁶³ e há uma escalada crescente de práticas autoritárias, perpassando instituições e políticas. Para Mészáros, em consonância com Harvey, já mencionado, sobre a incompatibilidade da acumulação atual com o planejamento em longo prazo: “a *dimensão histórica a longo prazo* está completamente ausente da visão do modo de controle sociometabólico do capital, transformando-o, com isso, em uma forma *irracional* e absolutamente *irresponsável* da economia”.⁶⁴

Tempo de repensar o futuro que queremos

Diante de todo esse conjunto de aspectos expostos, percebemos o encontro devastador de uma crise sistêmica com uma crise conjuntural no Brasil, que é também multidimensional. Precisamos refletir que antigas pseudo-soluções, como ressuscitar políticas desenvolvimentistas, será cada vez mais inócuo e, pior, destrutivo, em termos políticos, sociais, culturais e ambientais. No horizonte mais imediato já se encontram iniciativas assim, como a idealizada por Luis Carlos Bresser Pereira (curiosamente, um dos principais artífices da “Era” Fernando Henrique Cardoso, caracterizada pelo anti-desenvolvimentismo), o Projeto Brasil Nação, com um apoio significativo de diversos intelectuais, preocupados com a “crescente divisão da sociedade brasileira”.⁶⁵ Segundo Bresser Pereira,

A missão do Projeto Brasil Nação é pensar o Brasil, é ajudar a refundar a nação brasileira, é unir os brasileiros em torno das ideias de nação e desenvolvimento – não apenas do ponto de vista econômico, mas de forma integral: desenvolvimento político, social, cultural, ambiental; em síntese, desenvolvimento humano. Os cinco pontos econômicos do Projeto Brasil são seus instrumentos – não os únicos instrumentos, mas aqueles que mostram que há uma alternativa viável e responsável para o Brasil.⁶⁶

Nação e desenvolvimento (em sentido integral) seriam os elos [de ligação], ou de solução para uma sociedade estilhaçada ou, mais provavelmente, para (re)unir frações de classe dominantes em torno de um projeto minimamente comum, garantindo a

⁶²HIRSCH, Joachim. Políticas Ambientais globais... *Op. cit.*, p. 113.

⁶³*Ibidem*, p. 119.

⁶⁴MÉSZÁROS, István. *O desafio e o...* *Op. cit.*, p. 237. Grifos do autor.

⁶⁵ Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/>>. Acesso em: 02 out. 2017.

⁶⁶*Idem*.

“governabilidade” para os capitalistas. Viabilidade e responsabilidade. Portanto, uma alternativa que desponta para o presente, que parece ser um recuo ao passado, e que não nos ajuda a repensar projetos de futuro.

Sempre houve pressa nesse “país do futuro”, alguns títulos de projetos governamentais são esclarecedores, notadamente aqueles que conseguiram um grau de consenso, marcados por iniciativas desenvolvimentistas e neodesenvolvimentistas, como o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-61) e seu objetivo de acelerar, condensar “50 anos em 5”, os “Programas de Aceleração do Crescimento” (O primeiro, em 2007, e o segundo, em 2011), que coroou governos recentes, implementado pelo Partido dos Trabalhadores, dentre outros. Tal pressa é vivenciada como tragédia pelas pessoas afetadas pelas obras públicas, como grandes projetos hidrelétricos, estradas, canais, projetos de irrigação, reconfigurações urbanas, etc.⁶⁷ Sem contar o aspecto de que é justamente esse setor, o de obras públicas, que mais tem turbinado interesses privados, canalizados diretamente para o interior do Estado, como tem sido demonstrado nos dois últimos anos. Trata-se de verdadeira política de rapina, saque de bens públicos e direitos sociais, à base de muita pressa, para que não haja tempo de reação, de organização social, produzindo resignação e sensação de impotência diante da voragem do processo. Repetindo, vigora a estratégia do “choque”, bem percebida por Naomi Klein, mas também as artimanhas da fabricação do consenso, naturalizando interesses de classe como gerais e nacionais, turbinada pelos grandes grupos midiáticos, como já mencionado.

Voltando ao início desse artigo, com as impressões de Vasconcelos e de escritores brasileiros, tal como em áreas onde passou o progresso “Severino”, o surto minerador, cafeeiro, canavieiro e agora, da soja, do milho, da criação extensiva de gado, do permanente extrativismo, dentre outros, paisagens lunares se impõem na natureza, com a extinção de reservas de água, da fauna e flora, a contaminação dos mares e rios, mas também esterilizam corações e mentes, com a insegurança, guerras internas (e externas), e perda de sentido da vida. O individualismo é alienante e destrutivo. A monocultura e o extrativismo eliminam a biodiversidade, reforçam a insegurança alimentar, vulnerabilizam a economia do país, haja vista a amarga experiência da crise de 1929 e seus efeitos sobre sociedades com economias agroexportadoras.

O que está em jogo, em meio a crises, golpes políticos, retrocessos sociais e política regressiva em todos os aspectos, é a descartabilidade e irrelevância da maior parte da população brasileira e planetária, sem correr o risco de exagero. Para fazer frente a isso, faz-se necessário reconstruir possibilidades de futuro em médio e longo prazo, mas contra o capital, sua velocidade imanente e seus variados agentes de amplos espectros políticos, pois essa ordem tem o signo da destruição. Não existiu e não existirá o reino da sociedade perfeita.

⁶⁷Sobre os efeitos sociais de grandes projetos de obras públicas e privadas, especificamente no estado de Minas Gerais, ver: PAULA, Dilma A.; PEREIRA, Laurindo Mekie. (orgs.). *Desenvolvimento em Minas Gerais: projetos, agentes, viveres*. Jundiaí, SP: Paço Editorial: 2017.

Mas, há que se aprender a equilibrar a relação sociedade/natureza, baseada em outros pressupostos de produção e de consumo.

Os desafios são gigantescos, segundo Raul Zibechi, analisando o crescimento da direita na América do Sul e o fim do ciclo mais progressista, a “sociedade extrativa” gera valores e relações sociais conservadoras e não gera sujeitos internos dentro da sua trama produtiva, porque sua base é financeira/especulativa, com fortes relações internacionalizadas. Há uma gama de atores mais complexa e mais diversa, com uma perspectiva em comum: o consumismo. Para o autor,

el consumismo es la otra cara de la sociedad extractiva. Una sociedad que no genera sujetos, ni identidades fuertes, con valores vinculados al trabajo digno, o sea productivo, sino apenas valores mercantiles e individualistas, no está en condiciones de potenciar proyectos de largo aliento para la transformación social.⁶⁸

Novos sujeitos coletivos, dispersos, impõem a necessidade de construir novas táticas. De todas as “margens do mundo” certamente, se pode construir um mundo “donde quepan muchos mundos”, como nos lembra um dos lemas zapatista. Esclarecedora é uma pequena/grande fala de Davi Yanomami: “Por que eu luto? Porque estou vivo. Eu acredito na minha luta. Estou lutando para os novos, as crianças, os adultos do meu povo não morrerem tão cedo.”⁶⁹

Dilma Andrade de Paula: Professora Associada do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), atuando na graduação e pós-graduação. Possui doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF); mestrado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); graduação em História pela UFF; além de ter realizado estágio pós-doutoral em Antropologia Social na Universidade de Brasília (UnB). Coorganizou com Laurindo Mekie Pereira a coletânea *Desenvolvimento em Minas Gerais: projetos agentes, viveres* (Paco Editorial, 2017).

⁶⁸ZIBECHI, Raul. Del fin del ciclo a la consolidación de las derechas. *Rebelión*, Edición fin de semana, 28-29 oct. 2017. Disponível em: <<http://www.jornada.unam.mx/2017/10/27/opinion/016a1pol>>. Acesso em: 29 out. 2017.

⁶⁹YANOMAMI, Davi K. Entrevista a Terence Turner, transcrita por Bruce Albert. *Boa Vista*, mar. 1991. Disponível em: <<http://s3.amazonaws.com/rdcms-aaa/fileszaros/production/public/FileDownloads/pdfs/cmtes/cfhr/upload/Entrevista-com-Davi-Kopenawa-Yanomamin-rptyano6.pdf>>. Acesso em: 06 out. 2017.